

PORTARIA N° 14/2023

Publicada em 27/07/2023 no Diário Eletrônico do TCE-PR n° 3030, p. 43.

Procedimento de Apuração Preliminar n° 13/2023

CONSIDERANDO a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 39/2022 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Rio Branco do Ivaí, consistentes na compra de combustível sem cobertura contratual e indícios de superfaturamento;

RESOLVE:

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 13/2023, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades na compra de combustível para a frota municipal de Município de Rio Branco do Ivaí sem cobertura contratual vigente e na quantidade de litros de combustível abastecida nos veículos.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete da Procuradoria-Geral

esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 11 de julho de 2023

Valéria Borba

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas